

ESCOLARIZAÇÃO PROFISSIONAL FEMININA, EM SÃO PAULO, NOS ANOS 1910/20/30*

Sueli Teresa de Oliveira**

Atualmente, em nível internacional, vem se intensificando, no vasto campo das Ciências Sociais, a preocupação no sentido de ver e ouvir as mulheres. No terreno da História, em particular, têm se produzido, nas últimas décadas, estudos consistentes que discutem a presença feminina nos variados espaços, focalizando-a, por exemplo, no palco de grandes acontecimentos, em movimentos reivindicatórios de equipamentos urbanos, nas lutas de classe, na vida privada. Conforme observou Eliane Marta Teixeira Lopes, nessa nova história esforços são empreendidos para incluir a mulher “não mais como coadjuvante, nem como solista, mas como atriz tão principal como o ator.”

Sob essa tendência historiográfica, que alterou significativamente a forma do pesquisador olhar os sujeitos históricos, a educação feminina projetou-se como um tema importante, constituindo-se, recentemente, em nossa sociedade, em alvo de interesse de estudiosos de diferentes instituições e procedências¹. Por conta desse interesse vem se realizando, no Brasil, trabalhos instigantes, muitos formulados na perspectiva de cruzar questões de ensino com as raciais, de classe, de gênero. Esta abordagem histórica de temas educacionais contrapõe-se àquela tradicional e “pretensamente neutra”, que ao tratar dos mesmos, usa o masculino genérico, porém lida de fato “com atores sem corpo, sem cor, sem gênero. Na busca de

* Este artigo originou-se da minha dissertação de mestrado *Uma Colméia Gigantesca: Escola Profissional Feminina nos anos 1910/20/30*, cujo trabalho foi desenvolvido no Programa de História da PUC-SP, sob orientação da Dr^a Maria Antonieta M. Antonacci (1992, mimeo).

** Mestre em História pela PUC-SP, doutoranda em Educação pela FEUSP e professora da ETE “Carlos de Campos”, unidade escolar do CEETPS.

1. Cf. Rosemberg, Fulvia e outras. *Mulher e Educação Formal no Brasil: Estado da Arte e Bibliografia*, Brasília, INEP/REDUC, 1990.

um pretense coletivo, o que se consegue é uma generalização vaga, que expressa muito pouco a diversidade e complexidade do tecido social”.²

Na expectativa de contribuir, modestamente, com as discussões que vêm sendo travadas em torno de profissionalização e formação de mulheres, expomos, no presente artigo, algumas considerações em torno do conteúdo dos saberes e práticas difundidos pela Escola Profissional Feminina de São Paulo, no anos 1910/20/30.

Quanto ao enfoque de nossa temática, optamos por aquele sugerido por Michael Ignatieff. Conforme argumenta este estudioso, no desenvolvimento de pesquisas históricas que se ocupam de instituições sociais, deve-se buscar “a relação histórica entre o dentro e o fora”, fazendo com que estas instituições tenham a dimensão de “objetos históricos significantes”³. Tendo em vista esta abordagem, empenhamo-nos em articular as transformações ocorridas no interior da Escola Profissional Feminina às discussões e aos projetos em torno de questões educacionais, bem como às tensões socioculturais da época. Assim, sob este enfoque articulador, identificamos diversas questões que animaram discursos e suscitaram formulação de projetos em diferentes agências sociais, naqueles anos, perpassando propostas de ensino da Escola, tais como: nacionalização do trabalho; instauração de uma ordem cívico-nacional; propagação do ideário racionalizador pelo corpo social; difusão de saberes e práticas construídos mediante uma supervalorização da técnica e da ciência; formação de mulheres, por intermédio de processos de escolarização, como “verdadeiras” donas-de-casa e mães de família, a partir de uma nova concepção do saber-fazer doméstico e “eugeniização” do povo brasileiro.

Preparando “Operárias do Futuro”

A decisão do Governo Paulista que resultou na criação da Escola Profissional Feminina – ao lado da Escola Profissional Masculina –, em 1911, na cidade de São Paulo⁴, situa-se no interior da preocupação da nacionalização do trabalho. Considerando a insatisfação de setores empresariais e do próprio Governo, com relação ao operariado de então – imigrante, organizado e proprietário de um saber-fazer –, o

2. Louro, Guacira Lopes. “Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero. In: *Teoria & Educação*. Porto Alegre, Pannonica Editora, 1992, p.62.

3. Cf. Ignatieff, Michael. “Instituições Totais e Classes Trabalhadoras: um balanço crítico”. In: *Instituições, Revista Brasileira de História*, 14. São Paulo, Anpuh/Marco Zero, mar./ago. 1987, p.187.

4. Cf. Laurindo, Arnaldo. *Cinquenta Anos de Ensino Profissional* – São Paulo, Fundo do Ensino Profissional, 1962, pp.119-124.

Estado tratou de intervir no processo de formação da mão-de-obra assalariada urbana, na expectativa de plasmar um outro perfil de trabalhador: dócil, eficiente, ordeiro e patriota. Cabe registrar, que esta tomada de posição, por parte do poder público, foi de encontro ao discurso corrente nos meios oficiais, no seio de grupos sociais dominantes e no interior de agências de diferentes procedências, na sociedade paulista de então, cujo discurso apontava a difusão, pelo Estado, de escolas profissionalizantes encarregadas da propagação de um determinado conteúdo de ensino, onde mesclavam-se interesses patronais, nacionais e técnico-racionalizadores, como “vehículo seguro de nacionalização”. Esta tarefa constituía-se, na concepção dos agentes supracitados, em requisito de fundamental importância para o progresso e a paz social, a medida que viabilizaria a formação de uma mentalidade que concorreria, favoravelmente, para o crescimento da produção e o esvaziamento de conflitos sociais. Em comentário que articula escolas profissionais/nacionalização do trabalho/crescimento econômico, Oscar Thompson, quando diretor da Instrução Pública em São Paulo, em 1917, argumentou que

Desses estabelecimentos (escolas profissionais) é que sairá, definitivamente preparado, o operário nacional, em plena consciência e capaz de concorrer, eficazmente, para a economia da coletividade, em que repousa a do Estado.⁵

Posto nestes termos, compreende-se que, no afã de dar início a sua intervenção no processo de formação de trabalhadoras e trabalhadores submissos, produtivos e imbuídos de um certo tipo de patriotismo, é que o Governo do Estado de São Paulo criou as duas primeiras escolas profissionais – uma para cada sexo –, cujos educandos constituir-se-iam em futuros trabalhadores que iriam cuidar, principalmente, da manutenção da ordem e da disciplina, no interior das fábricas. Nessa consideração acompanhamos o pensamento de Maria Alice Ribeiro, segundo o qual a fábrica continuava sendo, nas primeiras décadas deste século, o local de aprendizado do operariado, e o interesse do Estado, ao criar escolas profissionais, não era qualificar um grande contingente de trabalhadores e sim formar uma minoria que iria ocupar cargos de chefia nos espaços fabris, encarregando-se da disciplinarização dos mesmos⁶. Chamamos a atenção para o local, estrategicamente escolhido, para instalação destes

5. Cf. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1917*. São Paulo, Directoria Geral de Instrução Pública, 1917, p.41.

6. Cf. Ribeiro, Maria Alice Rosa. “Qualificação da força de trabalho: a experiência das Escolas Profissionais do Estado de São Paulo (1911-1942)”. In: Ribeiro, M.A.R. (org.), *Trabalhadores Urbanos e Ensino Profissional*. Campinas, Editora da Unicamp, 1986, p.178.

estabelecimentos de ensino, o bairro do Brás: fabril, habitado por um expressivo contingente proletário constituído, em sua maioria, por imigrantes europeus e palco de freqüentes agitações trabalhistas, orientadas por tendências político-ideológicas libertárias.

Ocupando-nos, especificamente, da Escola Profissional Feminina, registramos que essa instituição foi concebida para atender uma clientela constituída por meninas provenientes de famílias operárias, maiores de 12 anos e portadoras de diploma de grupo escolar, ou com instrução equivalente. Considerada padrão, por muitas décadas, em sua modalidade de ensino, a Escola preocupou-se, fundamentalmente, na década de 1910, em qualificar a mão-de-obra feminina em ofícios, tradicionalmente considerados apropriados às mulheres, como: Corte e Confecção, Roupas Brancas, Rendas e Bordados, Chapéus e Flores, e Ornatos⁷. Preparação em ofícios inerentes às atividades domésticas, como arte culinária e administração do lar, ainda que oferecida pela Escola, era pouco procurada. Em interessante comentário a respeito da visita que realizou à Escola, em março de 1912, o Jornal “Comércio de São Paulo” registrou que

O Instituto que começou a funcionar nos fins de dezembro do ano passado, já apresenta a freqüência de duzentas alumnas aproximadamente, dando a média de quarenta alumnas para cada classe, com exceção de cozinha, em que não houve matrícula alguma, pois todas as candidatas conhecem naturalmente esse delicado mister no qual não se querem aprofundar como profissionais.⁸

A argumentação de que as alunas que acorriam até a Escola Profissional Feminina não se interessavam pelo curso de Cozinha porque conheciam “naturalmente” esse delicado mister, sugere uma tendência cultural predominante na época, segundo a qual, o aprendizado dos afazeres domésticos, obtido no âmbito familiar, era socialmente reconhecido como correto e suficiente, valendo, inclusive, na preparação de profissionais do ramo. Em outras palavras, no contexto em pauta, a formação da mulher era uma tarefa socialmente atribuída à família, daí o fato do aprendizado do saber-fazer inerente às tarefas do lar não ser valorizado pela clientela feminina e pelos agentes do ensino, nos processos de escolarização profissionalizante.

Mediante a inexistência, na sociedade paulista, de um projeto claro de educação feminina, mais especificamente, de ensino profissional para mulheres, a Escola Profissional Feminina, em seu primeiro decênio de funcionamento, norteou suas finali-

7. Cf. Laurindo, Arnaldo, op. cit., p.120.

8. Escola Profissional Feminina. *Livro de Recortes*. Jornal Comércio de São Paulo, de 17 de março de 1912.

dades, exclusivamente, pelo interesse em submeter uma pequena fatia do grande contingente de trabalhadores fabris, constituído por mulheres, ao processo de formação profissional, que visava sua “reeducação”, tendo em vista interesses anteriormente citados.

Oscilações em Torno de uma Escolarização para Mulheres

A Escola Profissional Feminina manteve, em linhas gerais, estes fins educacionais nos anos 20. No entanto, cabe ter presente que, nesta conflituosa década teve seu currículo alterado através da introdução de programas de formação geral, como História, Geografia, Português e Educação Moral e Cívica⁹. O objetivo desta medida acenava à proposta do delineamento de um determinado perfil de cidadania nos trabalhadores assalariados urbanos, que conviesse aos interesses patronais e à nova ordem cívico-nacional que estava sendo esboçada por setores sociais elitistas e conservadores. Lembramos, ainda, que esta intervenção contemplava, em particular, propostas de movimentos nacionalistas, bem como, formulações do escolanovismo, corrente pedagógica que vinha obtendo expressiva aceitação entre os educadores paulistas.¹⁰

Também na esteira do movimento de reformulação social, em curso desde o final da década anterior, foi também introduzida na Escola Profissional Feminina, na referida década, o ensino de economia doméstica. O Artigo 346, do Decreto nº 3356, de 31 de maio de 1921, que regulamentou a Reforma Sampaio Dória, empreendida no ano anterior, determinava que simultaneamente aos trabalhos de oficina e ao ensino de desenho profissional, acrescentar-se-ia “às Escolas femininas economia doméstica e puericultura”¹¹. A inclusão desses novos programas na escola, que ora abordamos, foi acompanhada de um veemente discurso que enfatizava ser tarefa das instituições educacionais encarregadas da qualificação da mão-de-obra feminina, nas sociedades modernas, também proporcionar o “devido” preparo da mulher para o lar. Aprígio Gonzaga, educador que dirigiu a Escola Profissional Masculina, de

9. Estas cadeiras foram introduzidas no ensino profissional através do Decreto nº 1711, de 27 de dezembro de 1919. Cf. Laurindo, Arnaldo, *op. cit.*, p.114.

10. Cf. Antunha, Heládio C.G. *A Instrução Pública no Estado de São Paulo – Reforma de 1920*. São Paulo, USP, s/d; Nagle, Jorge. *Educação e Sociedade no Brasil – 1920/1929*. Tese de livre Docência, FFCL de Araraquara, Araraquara, 1966.

11. Cf. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1920-1921*. São Paulo, Directoria Geral de Instrução Pública, p.218

1911 a 1934, em comentário a respeito das finalidades das Escolas Profissionais Femininas argumentou que

A escola profissional (feminina) dever-se-ia chamar “Escola de Educação Doméstica e Profissional”. Eu quero a escola que prepare a dona-de-casa, dando-lhe uma profissão, e não a escola que forme operárias, em detrimento da sua missão oficial.¹²

Na fala deste educador vislumbra-se uma formulação de educação feminina que prioriza a formação da mulher para o lar, mesmo nos processos de escolarização de natureza profissionalizante, visto que, a “missão oficial” da mulher incide no espaço privado.

O que nos leva a pensar que a Escola conservou seu perfil de ensino, ostentado na década anterior, a despeito das novas medidas, reside no fato de que a documentação por nós analisada permitiu-nos perceber que na prática os conhecimentos previstos nos novos programas não foram valorizados pela comunidade escolar. Enquanto as cadeiras voltadas para a formação geral funcionaram precariamente, o ensino de economia doméstica e puericultura chegou a ser suspenso por anos seguidos, a fim de que mais espaço fosse liberado para os trabalhos de oficina. Conforme explicitou Horácio da Silveira, diretor da Escola, de 1923 a 1938, em relatório dirigido ao Secretário do Interior,

por longos anos a Escola vinha funcionando, por assim dizer, com meio tempo de serviço, e, por essa razão, com grande prejuízo, principalmente, do ensino do curso geral (...). No regime antigo, tinham por semana, apenas uma hora de aula dessas disciplinas (do curso geral), com exceção de economia doméstica, que, por absoluta falta de espaço, nem sequer estava instalada.¹³

A não vigência das medidas introduzidas na Escola Profissional Feminina, no início dos anos 20, leva-nos a pensar que, naquela época, não havia na sociedade paulista, um consenso em torno das questões de ensino e de educação profissional feminina. Fernando de Azevedo, um dos expoentes do movimento escolanovista, avaliou o fracasso da proposta educacional que encarava as escolas profissionais para mulheres como canais privilegiados para formação dessas para o lar, a partir da “aprendizagem de mãe-de-família com base na economia doméstica, higiene e na

12. *Idem*, p.383.

13. Escola Profissional “Carlos de Campos” da Capital. *Relatório dos Trabalhos Escolares em 1929*. São Paulo, 1930, p.1.

puericultura”, como um forte indício do descompasso entre nossa sociedade e aquelas consideradas modernas. No relatório do inquérito, por ele organizado, em 1926, em torno da instrução pública paulista, explicitou, em tom de desabafo:

Ainda não chegou o tempo oportuno para organizá-las (as escolas profissionais também voltadas à educação doméstica)... o velho relógio da direção do ensino, emperrado e dissonante, anda com atraso de quase meio século, marcando as primeiras horas de um crepúsculo matinal, sonolento e sombrio, enquanto por toda parte soam horas vibrantes de um radioso esplendor de atividade idealista e empreendedora.¹⁴

Afirmção de um Projeto Educacional para Mulheres: Legitimando um Perfil Feminino

Sem perder de vista as considerações que fizemos até então, em torno da Escola Profissional Feminina, ressaltamos que no final dos anos 20, teve início nesse estabelecimento educacional um ciclo de mudanças, que se estendeu à primeira metade da década posterior, redimensionando seu perfil de ensino. Neste contexto, projetos anteriormente implantados, sem sucesso, devido à falta de respaldo social, foram retomados, como foi o caso dos programas da economia doméstica e puericultura. A reintrodução desta cadeira, em 1929, na Escola Profissional Feminina, foi acompanhada por um forte discurso higienista, segundo o qual, os processos de escolarização deveriam incluir programas que resultassem na formação de valores e hábitos “saudáveis”, nas crianças e nos adolescentes. O grande número de teses, em cujo conteúdo encontravam-se associadas higiene e escolarização, apresentadas na “III Conferência Nacional de Educação”, realizada em São Paulo, em 1929, atestam a força e a amplitude deste discurso¹⁵. Ao ponderar sobre o significado do ensino de economia doméstica e puericultura nos fins educacionais da Escola, Horácio da Silveira inferiu que o mesmo,

nos moldes em que será desenvolvido marcará pela sua grande ação educativa, uma nova era nos destinos deste Estabelecimento.¹⁶

14. Azevedo, Fernando de. *A Educação na Encruzilhada*. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1960, p.179.

15. Cf. *Annaes da III Conferência Nacional de Educação*. Departamento de Publicidade da Directoria Geral da Instrução Pública de São Paulo, 1930.

16. Escola Profissional “Carlos de Campos”. *Relatório dos Trabalhos Escolares de 1929*. São Paulo, 1930, p.19.

O citado redimensionamento dos fins educacionais efetuado na Escola Profissional Feminina articulou-se a planos de reformulação social, de dimensão nacional, com nítida feição corporativista, os quais estavam em discussão em diferentes agências sociais¹⁷. Na ambicionada ordem social que agentes conservadores pretendiam instaurar, marcada pela forte presença do ideário racionalizador, de novos mecanismos de controle¹⁸ e pela ação de uma cruzada de saneamento físico-mental e moral que acenava ao aperfeiçoamento da “raça”¹⁹, cabia à mulher um papel de destaque a ser desempenhado no lar. Por isso, conforme salientou Horácio da Silveira, a partir daquela data, a Escola procuraria, como órgão de educação, atraí-la para o lar, “que é a sua verdadeira função social”. Era a partir do espaço privado que a mulher daria sua mais importante contribuição social, organizando ordeira e harmonicamente a família, fazendo desta a *célula mater* do corpo social higiênico e sem conflitos que agentes autoritários pensavam em conformar. E para que se desincumbisse com eficiência deste papel, a mulher precisaria ser reeducada, munir-se de novos conhecimentos em torno dos afazeres domésticos e da criação dos filhos, formulados sob concepções técnico-científicas, como puericultura, química alimentar, dietética e gerenciamento do lar, conforme procedimentos racionalizadores. Sob esta concepção de educação feminina o aprendizado desses saberes, garantido por um certo tipo de escolarização, é que conferiria à mulheres o status de “rainha do lar”. Daí, o diretor da Escola Profissional Feminina afirmar que “a cadeira de Economia Doméstica tem como escopo a formação de verdadeiras donas-de-casa”.²⁰

O processo desencadeado na Escola, em 1929, que alterou seu perfil de ensino, foi acelerado e aprofundado pela Reforma Lourenço Filho, promovida em 1931, na instrução pública paulista, oportunidade em que foram levadas para dentro da mesma prática com tons escolanovistas. Na perspectiva de reafirmar a nova concepção de ensino de profissionalização feminina – preparar mulheres para o trabalho remunerado e para o lar –, o programa de puericultura foi enriquecido com novos conhecimentos que apontavam à proposta da racionalização da maternidade. Sem dúvida, o projeto mais ousado e inovador, implementado neste ramo de ensino, na Escola,

17. Cf. Lenharo, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas, Papirus, 1986.

18. Cf. Antonacci, Maria Antonieta M. *A vitória da razão(?)*. São Paulo, Marco Zero/CNPq, 1992; Rago, Margareth. *Do cabaré ao lar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

19. Cf. Carneiro, Levi. “Educação e Eugenia”. In: *I Congresso Brasileiro de Eugenia. Atas de Trabalhos – v. I*. Rio de Janeiro, 1929; Cunha, Maria Clementina P. *O espelho do mundo. Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

20. Escola Profissional “Carlos de Campos”. *III Conferência Nacional de Educação 7-9-1929*. São Paulo, 1929, página não numerada.

foi a criação do Dispensário de Puericultura. Esse, supervisionado pelo Serviço Sanitário e mantido com recursos da comunidade escolar, tinha por finalidade principal

proporcionar às alumnas do Instituto, em situação real, casos concretos, para o desenvolvimento de seus conhecimentos de puericultura, e para a formação da sua consciência sanitária.²¹

Pioneiro, no nível de território nacional, o Dispensário de Puericultura da Escola Profissional Feminina funcionou, nos anos 1930/40, como um “laboratório” de eugenia, atraindo atenções de todos aqueles que acalentavam expectativas quanto ao aperfeiçoamento da “raça”²². Conforme evidenciam artigos de diferentes jornais da época, o “Concurso de Robustez Infantil”, promovido anualmente, por este serviço da Escola, constituiu-se num evento de grande repercussão social. Na idealização deste certame estava implícita a intenção de eugenzar. E,

eugenzar quer dizer seleccionar a espécie humana, fazendo com que o planeta se povôe de gente sã, isto é, sã moral e somaticamente.²³

Todavia, convém salientar que, a Escola, ao adotar o conjunto de medidas, no início da década de 1930, que reafirmou sua nova finalidade de ensino – formar “verdadeiras” donas-de-casa e mães de família –, por certo não negligenciou seu aspecto profissionalizante. A introdução do Curso Vocacional, por exemplo, obrigatório a todas as alunas, é um indicativo da preocupação das autoridades de ensino com relação ao aprimoramento da qualificação da mão-de-obra feminina nos processos de escolarização. Correspondendo a uma fase preparatória, na qual as educandas passavam por diversas oficinas, realizando tarefas relativas a todos os ofícios ensinados na Escola, este curso, com duração de um ano, tinha por finalidade encaminhar a aluna à profissão que mais combinava com suas aptidões. Pretendeu-se, através dele, evitar que as meninas escolhessem o ofício errado, o qual posteriormente, não seria exercido, ou seria exercido com incompetência.

21. Silveira, Horácio da. “Uma grande obra de Educação Profissional”. In: *IDORT*, São Paulo, n.24, dez. 1933, p.279.

22. Cf. Oliveira, Sueli T. de. *Uma Colméia Gigantesca: Escola Profissional Feminina - 1910/20/30*, op. cit., – capítulo III, pp.154-169.

23. Citação atribuída a Kehl e localizada num manual de puericultura que compõe o acervo histórico da Escola Profissional Feminina. Por encontrar-se sem capa e página de rosto, não foi possível identificar seu título e o autor. Na última página lê-se que o livro foi publicado em 1935, através da Gráfica Brasil, de Ribeirão Preto.

Inúmeras alunas diplomadas pelos nossos cursos falhavam na vida prática, por falta de inclinação para a carreira que abraçavam (...). Trocavam a sua profissão por qualquer emprego, de somenos importância... Quanto desperdício, pois, de energia e de dinheiro.²⁴

Apreende-se, nessa observação, feita por Horácio da Silveira, que na formulação do Curso Vocacional estavam implícitas atenções no sentido de evitar o desperdício da energia humana, do tempo e de recursos públicos, na instrução profissional. Essa preocupação sugere o interesse das autoridades do ensino em manter a Escola em sintonia com o movimento internacional de requalificação da mão-de-obra, norteado por pressupostos do taylorismo.²⁵

Quanto ao curso de "Mestria", também introduzido na Escola Profissional Feminina, por intermédio da Reforma Lourenço Filho, deve ser compreendido como uma estratégia de reprodução de saberes e práticas fundamentados na concepção de ensino profissional para mulheres que se cristalizara na sociedade paulista da época. Estendendo-se por dois anos e realizado depois da conclusão do aprendizado de um dos ofícios oferecido pela Escola, o curso, acima citado, objetivava o aperfeiçoamento da artífice, bem como fazer da mesma "uma verdadeira professora das artes profissionais femininas", instrumentalizando-a com recursos "para dirigir com grande proficiência um curso de habilitação profissional".²⁶

Assim, formando quadros para o magistério profissional feminino, a afamada escola de mulheres do bairro do Brás converteu-se, no decorrer dos anos 1930/40, num centro irradiador de saberes e práticas, em sua modalidade de ensino, estendendo sua influência para além das fronteiras do território paulista.

Pelo exposto acima, podemos inferir que, em suas três primeiras décadas de funcionamento, a Escola Profissional Feminina norteou-se por diferentes concepções político-pedagógicas, expressando distintas expectativas em torno de educação de mulheres. Nos anos 1910, quando a tarefa de formação destas era socialmente delegada à família, a instituição em pauta preocupou-se, basicamente, em qualificar a mão-de-obra feminina em certos ofícios que lhe possibilitava colocação no mercado de trabalho. Porque as meninas conheciam "naturalmente" as lidas domésticas, as escolas, de uma forma geral, não se encarregaram de tal instrução.

As propostas de reformulação das finalidades do ensino profissional feminino que atingiram a Escola, nos anos 20/30, permitem visualizar a dinâmica de relações

24. Escola Normal Feminina de Artes e Ofícios (São Paulo). *Histórico e organização atual*. São Paulo, Editora Limitada, 1931, p.11.

25. Coriat, Benjamin. *El taller y el cronómetro*. México, Siglo Veintiuno, 1988.

26. Escola Profissional Feminina. *Livro de Recortes*. Jornal "Folha da Manhã", de 29 de março de 1936.

sociais e de gênero que marcou a sociedade paulista da época. Nessas formulações, assistimos agentes sociais e o Estado intervindo na questão da formação da mulher, encarregando órgãos governamentais de coordenar, através de uma escolarização, a tarefa que antes era de competência do grupo familiar, mediante nova concepção de ensino. Essa, introduzia um novo saber-fazer doméstico técnico-científico, novos valores morais e uma outra forma de pensar o corpo. As idas e vindas que observamos com relação a consolidação desse perfil de ensino na Escola Profissional Feminina, traduziam os próprios avanços e recuos da sociedade frente ao movimento de reordenação social, de feição corporativista. Considerado moderno e renovador por seus promotores, este projeto, de dimensão nacional, cristalizou-se nos anos 30, articulando-se à sistematização de medidas na Escola, que caracterizaram-na, naqueles anos, como uma grande “colméia” formadora de mulheres trabalhadoras assalariadas e “rainhas do lar”. Na condição de “guardiãs do futuro”,²⁷ essas mulheres zelariam, a partir de sua atuação no espaço doméstico, do porvir da Nação, que no imaginário de elites autoritárias seria grandioso e promissor.

27. Sobre esta dimensão histórica da mulher como “guardiã do futuro”, ver Reis, Maria Cândida. *Tessitura de destinos: mulher e educação* (São Paulo, 1910/20/30). Dissertação de mestrado, PUC-SP. 1991. (mimeo).